

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.271 - RS (2018/0244309-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **ANDRE BASSANI SQUEFF**  
**AGRAVANTE** : **TATIANA DE ALMEIDA FREITAS RODRIGUES CARDOSO SQUEFF**  
**AGRAVANTE** : **PEDRO JOAO SQUEFF NETO**  
**AGRAVANTE** : **TELMA DA ROSA BASSANI SQUEFF**  
**ADVOGADOS** : **CAROLINA FERNANDEZ FERNANDES - RS070840**  
**ANDRE BASSANI SQUEFF (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - RS068589**  
**TATIANA DE ALMEIDA FREITAS RODRIGUES CARDOSO SQUEFF (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTRO - RS078643**  
**AGRAVADO** : **GRUPO HU VIAGENS E TURISMO S.A**  
**ADVOGADOS** : **OTÁVIO SIMÕES BRISSANT - RJ146066**  
**GABRIELA BECK DOS SANTOS - RS106859**  
**BRENDA COSSIO SOARES E OUTRO(S) - RS111657**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. SÚMULA 7 DO STJ. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de obrigação de fazer c/c reparação por danos morais.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas não é possível na via especial devido o óbice da Súmula 7 desta Corte.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto por ANDRÉ BASSANI SQUEFF e

OUTROS contra decisão denegatória de recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em Recurso Especial interposto em:** 20/08/2018

**Processo distribuído ao Gabinete em:** 22/10/2018

**Ação:** de obrigação de fazer c/c indenizatória por danos morais com pedido de tutela antecipada ajuizada pelos recorrentes, em face de HOTEL URBANO VIAGENS E TURISMO S/A, na qual requerem o cumprimento do contrato realizado entre as partes e a condenação da recorrida ao pagamento de indenização por danos morais em razão da demora na solução do problema.

**Sentença:** julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pelos recorrentes na inicial.

**Acórdão:** negou provimento ao recurso de apelação interposto pelos recorrentes, nos termos da ementa a seguir:

*APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PLEITO INDENIZATÓRIO.*

*O MERO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO NÃO AUTORIZA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, QUE PRESSUPÕE OFENSA ANORMAL À PERSONALIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE.*

*REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. SOMENTE É POSSÍVEL QUE A DEVOLUÇÃO DE VALORES SEJA EM DOBRO SE DEMONSTRADO O PAGAMENTO INDEVIDO E A MÁ-FÉ DAQUELE QUE EFETUA A COBRANÇA, O QUE NÃO SE VERIFICA NO CASO DOS AUTOS.*

*NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME (e-STJ fl. 286).*

**Recurso especial:** os recorrentes sustentam, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 6º, VI e 14, *caput* e §1º, I e II, do CDC e arts. 186 e 927 do Código Civil, aduzindo, em síntese, que na presente hipótese, existe suporte fático suficiente para comprovar a ocorrência do ilícito civil, sendo cabível a indenização por dano moral, haja vista a longa demora para solucionar o problema que culminou com o desvio produtivo do tempo do consumidor.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/2015

**- Da ausência de prequestionamento**

Em relação aos arts. 6º, VI e 14, *caput* e §1º, I e II, do CDC, tem-se que esses não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem, restando ausente o devido prequestionamento. Incide o óbice da Súmula 282/STF.

**- Do reexame de provas e fatos**

No mais, ainda que fosse ultrapassado tal óbice, tem-se que alterar o decidido pelo Tribunal de origem acerca da não configuração do dano moral indenizável, exigiria o reexame de fatos e provas, o que é vedado em sede de recurso especial pela Súmula 7 do STJ.

**- Da divergência jurisprudencial**

O recurso especial também não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional, visto que entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os artigos 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, qual seja a não configuração dos danos morais, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 964391/SP, 3ª Turma, DJe de 21/11/2016.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 500,00 (quinhentos) reais.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra

esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

